

ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às nove horas e vinte minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e dois, deu-se início a Nonagésima Quinta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente – CONANDA, presidida por Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria do Brasil) Presentes os conselheiros titulares; Maria Izabel da Silva (CUT); Joacir Della Giustina (CNBB); Kênia Augusta Figueiredo (CFESS); José Fernando da Silva (Centro de Cultura Luiz Freire); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Normando Batista Santos (ABONG); Vicente de Paula Faleiros (CECRIA); Manoel Messias Moreira da Silva (MNDH); Maria Stela Santos Graciani (parcialmente) (PUC-SP); Ivanildo T. Franzosi (Casa Civil da Presidência da Republica); Denise Doneda (MS); Wânia Ribeiro Tavares (MPAS); Walter Antonio da Silva (MInc) e Max Halley Sudário de Lima e Silva (MP). Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia. Júlio Boaventura Santos Matos (MRE); Ivonne Bezerra de Mello (TEM) e Denise Paiva (parcialmente) (DCA-MJ). Estiveram ainda presentes os conselheiros Não - Governamentais suplentes: Marcos Colares (OAB); Laura Rossetti (FENAPAE's); e Beatriz Hobold (Pastoral da Criança).

I – Abertura dos Trabalho e Aprovação da Pauta: O Presidente abriu os trabalhos cumprimentando a todos e em seguida submeteu a Pauta à plenária tendo a mesma sido aprovada por todos com a inclusão de informações sobre o Relatório da ONU pelo Ministério das Relações Exteriores.

II – Discussão sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e sua Relação com os direitos das crianças e adolescentes indígenas – Estiveram presentes Dr. Paulo Guimarães advogado e Dr. Wilmar, coordenação dos Direitos Indígenas e representando a Presidência da FUNAI. Inicialmente o Presidente do CONANDA falou sobre os objetivos da discussão que é adequar a Política Indigenista. Dr. Wilmar fez uma breve explanação do que está sendo feito pela Fundação, ressaltando que está sendo feitas uma pesquisa com

cinquenta e três comunidades indígenas para saber como está a situação e que nos próximos trinta dias serão apresentados os resultados. Fez alguns esclarecimento sobre o perfil da criança e do adolescente indígenas em relação as demais crianças e adolescentes. Com relação a criação de Conselho Tutelar na Aldeia alegou que não havia pensado no caso. Considera que esses problemas devem ser discutidos com as organizações indígenas. Informou também que no dia de hoje irá participar de reunião no Itamarati para tratar da criança e do Adolescente indígenas. Para Dr. Paulo Guimarães existem duas dimensões do problema. No artigo duzentos e trinta e um da Constituição Federal dispõe que a relação com os índios devem ser aplicadas de forma harmoniosa e articulada, porem, há os princípios étnicos e cultural que predominam. O desafio para os Conselhos Tutelares é conhecer os preceitos prévios da organização social, dos costumes das comunidades indígenas próximas onde atuam. Para ele, as crianças e adolescentes indígenas devem ter todas as garantias previstas no Estatuto da Criança e do adolescente e que as próximas medidas socioeducativas são plenamente aplicadas em áreas próximas às comunidades. A única intercessão indígena que precisa ser revista é a organização para a aplicação das medidas Socioeducativas. Ele informou que no novo Estatuto do índio não há um capítulo que trata do Eca especificamente. Dr. Paulo ressaltou que o Senado aprovou a convenção número cento e sessenta e nove, sobre os Povos Indígenas e que tem como eixo a participação. Ele afirmou que o nome do Estatuto não está definido, visto que há muitas divergências e que a questão do Sistema Mineral é a área de maior conflito. O conselheiro Vicente propôs a convivência Comunitária prevista no ECA, como proposta de política e que o CONANDA recomende o trabalho com as comunidades Indígenas. Com relação aos conselhos Tutelares propõe trabalhar a inclusão de representantes indígenas nos Conselhos de acordo com a legislação vigente. O Conselheiro Ivanildo indagou se o índio não e mais tutelado pelo Estado. Indagou ainda como fica a questão do índio que aos doze anos é considerado adulto. A conselheira Rachel questionou se o Conselho Tutelar é um órgão para zelar pela vida, pela integridade física,

mental, etc, como fica o conselheiro Tutelar que se depara com certos problemas. Dr. Wilmar alegou que em relação ao Conselho Tutelar, poderá haver uma participação indígena nos conselhos. Em relação ao comportamento agressivo o mesmo deve ser analisado de acordo com a sua cultura. Por exemplo se a transgressão ocorre dentro da Comunidade indígena ele será punido de acordo com a sua cultura. Quando a violência é de fora para dentro podem ser aplicadas as medidas socioeducativas. Com relação aos questionamentos sobre as questões fundamentais, Dr. Paulo disse que o artigo duzentos e trinta e um da Constituição Federal, parágrafo primeiro estabelece que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilidades para sua atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessárias a ser bem-estar e as necessidades a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Com relação ao índio sem terra, são questões localizadas, porque os índios estão privados de suas posses e estão tentando reavê-las não querendo ir para outras localidades. O conselheiro Joacir agradeceu a presença dos visitantes afirmando que o CONANDA tem a responsabilidade de legislar com relação a crianças e adolescentes no Brasil, considerando a importância de ouvir setores da sociedade como a FUNAI que veio enriquecer nossas discussões e contribuir nas deliberações sobre o tema. Falou do interesse do CONANDA em ter o resultado do levantamento da realidade de crianças e adolescentes junto as comunidades indígenas, convidando Dr. Wilmar para apresentação desses resultados na assembléia do mês de outubro. Enfatizou também que houver destaque sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no Estatuto do Índio, destacando a **prioridade absoluta**. O conselheiro Fernando propôs a presença de antropólogos e que seja feita sistematização do documento para depois envia-lo aos Conselhos Estaduais e que o assunto seja tema da próxima Conferência do CONANDA, tendo sido a sua fala endossada pelos conselheiros Normando e Vicente. A conselheira Laurra indagou se há alguma política específica para o índio portador de deficiência. O conselheiro Messias concorda que o dialogo e a ação

integrada são caminhos a serem construídos e que o CONANDA estimule os Conselhos Tutelares a serem articulados para estudar os temas. O conselheiro Fernando falou dos problemas do PETI em algumas aldeias. A conselheira Maria Izabel endossou a fala do conselheiro Fernando, complementando que há problemas com a agricultura familiar. Ponderou também que os Conselhos Municipais dos Direitos e os Conselhos Tutelares que devem ser articulados com as aldeias e não o CONANDA. Disse não concordar com a criação de Conselho Tutelar na Comunidade Indígena. Questionou ao representante da FUNAI se há algum grupo de estudo na FUNAI e em caso afirmativo considera que o CONANDA deve participar do mesmo. Dr. Paulo falou dos avanços nas questões da atenção escolar e de saúde indígena, alegando que já há distritos sanitários indígenas e que a questão da proteção também já avançou muito. Considera que o estudo bilíngüe seja não só no ensino fundamental, mas para o segundo Grau e ensino superior. Quanto ao PETI, disse não ter informações sobre o assunto. Com relação aos portadores de deficiência. Considera que deve ser aplicada a legislação pertinente. Com relação ao Estatuto do Índio, disse que não há previsão, tendo em vista as divergências existentes. Defende que a matéria seja discutida na próxima gestão do Congresso Nacional, para que se possa ampliar o espaço de discussão por parte dos índios. Dr. Wilmar se comprometeu a apresentar os resultados da pesquisa no mês de outubro. Com relação à participação do CONANDA no Grupo de Trabalho considerou importante essa participação. Quanto à participação no Conselho Tutelar alegou que deve ser respeitado o desejo da Comunidade indígena. Considera grave ter um Conselho Tutelar na Comunidade indígena, alegando que o mesmo irá desestruturar a organização indígena. Propõe que o Conselho Tutelar do Município dialogue com a Comunidade indígena para debater o assunto. Propõe ainda elaborar uma proposta e apresentá-la ao CONANDA. Dr. Paulo agradeceu elogiando o Conselho pelo grau de reflexão havido em torno do assunto, colocando o CIMI à disposição de todos. O Presidente do CONANDA agradeceu os visitantes, informando que esta temática doravante será tratada na Comissão de

Políticas Públicas. **III – Exposição sobre o Seminário Internacional: Estratégia para Superação da Pobreza – MPAS/SEAS** – O Presidente do CONANDA fez a apresentação da expositora Sônia da Silva. O objetivo é apresentação e o Convite ao CONANDA do Seminário Internacional a ser realizado no período de seis a oito de novembro de dois mil e dois, na cidade de Brasília. A expositora informou que o Seminário está sendo trabalhado na ótica das faixas etárias, políticas e diretrizes e proposições de avanços para estas faixas etárias. Os temas serão discutidos nas Câmaras Temáticas, objetivando a produção de documento para ser debatido no Seminário. Haverá ainda outras cinco Câmaras que discutirão os seguintes temas **1)** Transversais (políticas de convergências); **2)** área acadêmica (grupo forais voltados para as universidades para debate com estudantes e professores a questão da pobreza); **3)** Prevenção da violência; **4)** Medição da pobreza (alguns tipos de auxílio como bolsa-escola, PETI, etc); **5)** Ainda e pobreza. Para a expositora o ponto alto do evento são as Câmaras temáticas que também se reunirão após o Seminário para elaboração do documento final. As participantes do Seminário serão cinco pessoas por Estado que possam dar continuidade nos próximos governos e um representante de cada país da América Latina. Tendo em vista a compatibilização da data do evento com a data da assembléia do CONANDA, o conselheiro José Fernando propôs que os conselheiros governamentais participem das Câmaras temáticas, sendo que os conselheiros não governamentais podem contribuir com informações. Ficou decidido que as conselheiras Wania, Denise Doneda e Yvonne irão representar o CONANDA no referido evento. Dr^a Sonia agradeceu a oportunidade de estar aqui presente. O Presidente do CONANDA também agradeceu a presença da expositora com os votos de sucesso no evento. **IV – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas** - No final da tarde do primeiro dia as Comissões se reuniram para tratar de assuntos pertinentes às suas áreas de atuação. **V – Apresentação da Proposta de Trabalho do Comitê da Primeira Infância** - A Coordenadora do Programa Comunidade Ativa, Senhora Elizabeth Leitão, cumprimentou a todos informando que o Comitê da Primeira Infância é

uma entidade internacional e interestitucional, criada por decreto presidencial em dezembro de dois mil, tem o objetivo de buscar estratégias que garantam o cumprimento dos direitos de todas as crianças brasileiras de zero a seis anos de idade. O Comitê reúne em Fórum representantes dos Ministérios da Saúde, da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Cultura da Justiça, do Ministério Público Federal, da Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária, da Câmara dos Deputados, do Unicef, da Unesco, do Banco Mundial, da Pastoral da Criança e da Fundação Executiva, situada em Brasília, que é responsável pela implantação das decisões do Fórum. O comitê estimula, orienta e articula ações, programas e políticas públicas nos três níveis de governo, além de realizar um trabalho de sensibilização e mobilização do Poder Público e da Sociedade Civil, com objetivo de criar e consolidar políticas e ações que tenham desenvolvimento da primeira infância como prioridade absoluta. O Programa está implantado em seiscentos e noventa e cinco municípios com baixo índice de desenvolvimento humano – IDH. A Coordenadora informou que está sendo elaborado o Guia para Gestores em parceria com o Comitê e que o IPEA está concluindo uma pesquisa sobre “Crianças de zero a seis anos”: suas condições de vida e seu lugar nas políticas públicas. Após a exposição dos trabalhadores, abriu-se o debate, onde foram registrados os pontos que segue: a) A conselheira Rachel entregou um exemplar das Diretrizes do CONANDA e indagou, se forma criadas as Comissões interestaduais de saúde mental, pois que a nossa luta sempre foi com o direito de nascer e viver com saúde. Falou também da Campanha desenvolvida pela Sociedade Brasileira de Pediatria sobre a Prevenção da Violência Domestica; b) O conselheiro Ivanildo ressaltou que o comitê é só de articulação e quando necessita de deliberação o assunto deve ser remetido ao CONANDA; c) O conselheiro Vicente fez breve análise sobre a precária situação de crianças de zero a seis anos no Distrito Federal bem como a falta de pré-escola e creches no país. Considera premente o investimento nesta área, principalmente para crianças de zero a três anos. Para o conselheiro é preciso não só colocar na agenda do município mas criar programas efetivos,

para o fortalecimento do Sistema de garantia de Direitos nesta área e que compete também aos Conselheiros Tutelares esta cobrança; d) O conselheiro Messias ressaltou sobre a importância deste Fórum participar dos fóruns dos Direitos da Criança e do Adolescente em seus três níveis de atuação. Indagou também quais os elementos captados nas visitas aos Estados/Municipais subsidiarão os parâmetros do Guia para os Gestores; e) O conselheiro José Fernando indagou sobre qual a reação dos Fórum com o Fórum de Educação Infantil e com os Interforuns; f) O conselheiro Walter ressaltou a importância da abordagem intersetorial, alegando que o CONANDA vem trabalhando neste sentido, porem considera que ninguém que perder espaço colocando a criança acima dos interesses pessoais. Propõe que este assunto seja sempre discutido no CONANDA; g) O conselheiro Normando ressaltou a importância da Educação assumir o programa de creches, conforme dispõe a **LDB**, tendo em vista que essas creches são consideradas verdadeiras depósitos de crianças. A Coordenadora Elisabeth agradeceu a receptividade de todas e que o assunto sobre intersetorialidade e interforuns tem sido objeto de discussão no Comitê. Solicitou a participação do CONANDA nas reuniões do Fórum, bem como a validação do Guia para Gestores. O Presidente agradeceu e reforçou o interesse do CONANDA em participar das discussões solicitando o calendário para o seu agendamento. **VI - Relatório das Comissões Temáticas – 1) Comissão Temática de Políticas Públicas** – A conselheira Maria Izabel fez o relato dos trabalhos abordando os seguintes pontos: a) **Estatuto do Índio** – A relatora informou que no mês de novembro será apresentado a sistematização sobre discussões realizadas no CONANDA quanto ao tema para análise e apresentação em plenária. O documento substituirá a tomada de decisões quanto a possíveis encaminhamentos e posteriormente enviado aos Conselhos Estaduais. A Comissão manterá interlocução permanente como Funai. Ficou estabelecido agendar para assembléia do mês de outubro a apresentação da pesquisa que a Funai vem fazendo sobre a questão indígena. Quanto ao documento recebido da Associação de conselhos Tutelares do MS, o mesmo será respondido

pelo conselheiro Joacir e pelo Dr. Wilmar da Funai. As demandas que chegarem sobre o Tema serão sempre respondidas juntamente com a Funai; b) **Materiais sobre o Pacto** - O Técnico Francisco da Secretaria Estadual apresentou as provas do material gráfico a ser produzidos pela Unesco, para apreciação d Comissão; c) **VI Encontro de Articulação** – Os técnicos Francisco e Bernadete apresentaram os encaminhamentos sobre os preparativos do evento no tocante a espaço físico, custos e indicação das representações estaduais, tendo os mesmos sido aprovados pela Comissão com ressalvas, para que a Secretaria Executiva solicite aos Conselheiros Estaduais indaguem o mais urgente possível seus representantes para as providências cabíveis; d) **Abrigos**: A Comissão retornou a discussão tendo sido acordado que a Coordenação do Colóquio sobre Abrigos que está ocorrendo nesta data aqui em Brasília, presente os resultados do evento na próxima Assembléia do CONANDA; e) **Convênios a serem firmados com recursos da Petrobrás** – Após debate sobre o assunto foi aprovado que a Secretária Executiva entre em contato com os Conselhos Estaduais do Piauí, Tocantins e Mato Grosso para que os mesmo indiquem nomes de ONG's que poderão conveniar com o CONANDA para a execução de ações de monitoração do Pacto pela Paz, bem como realizar em Brasília uma oficina de trabalho para discutir os Projetos, tendo em vista a exigüidade de tempo e propor ao DCA/MJ o financiamento da vinda dos participantes da oficina. O assunto foi levado a Diretora do DCA, tendo a mesma se comprometido em financiar tais despesas; f) **Campanha de Mídia** - Este projeto de monitoração do Pacto pela Paz também será custeado com os recursos recebidos da Petrobrás. A conselheira Maria Izabel entrará em contato com a ANDI para fechamento da proposta. Ainda com relação aos Projetos a serem executados nos Estados do Mato Grosso, Tocantins ficou aprovados que a Fundação Fé e Alegria do Brasil executará as propostas caso não haja outras entidades indicadas pelos Conselhos daqueles Estados; g) **Saldo de recursos dos Correios** – Foi aprovado a utilização dos mesmos para efetuar publicações referentes sobre o adolescente e a aprendizagem profissional e Liberdade assistida; h) **Realização do Seminário**

Nacional sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – Tráfico e plantio de drogas. Foi proposto pela OIT a realização de Seminário Nacional e discussão do assunto em assembléia CONANDA no mês de novembro com os responsáveis pela definição de políticas do campo das drogas; **i) Construção do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil** – A Secretaria Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil propôs em parceria com o CONANDA construir o documento da Política Nacional de Ações Integradas para a Erradicação do Trabalho Infantil e estabelecer estratégias de Garantia de sua implantação. Propôs que neste ano fosse elaborado dossiê identificação interna das ações e no próximo exercício partir para uma construção coletiva do documento; **j) Convite para participação da Reunião Ordinária do Fórum PETI** a ser realizada na cidade de Maceió – AL. Ficou confirmada a participação da conselheira Maria Izabel; **e) Convite para participar da Oficina de Planejamento Infantil Domestica** a realizar –se nos dias vinte e oito e vinte e nove de agosto, tendo sido indicado o nome da conselheira Maria Izabel para representar o CONANDA; **m) Recebimento de correspondência do CEDCA-MG**, solicitando a inclusão da violência, abuso e exploração sexual no Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. A Comissão considerou legítima a solicitação, ficando a Secretaria Executiva responsável pela informação; **n) Recebimento de correspondência de uma doutorando da UNB** solicitando apresentação do Trabalho sobre Mutirão da Paternidade. O Trabalho consiste em incluir o nome do pai em registros civis sem o nome do pai. A Secretaria Executiva ficou responsável pelo convite à interessada para apresentação da experiência na assembléia do mês de dezembro; **o) recebimento de correspondência do Município de Campo Grande** solicitando parecer sobre o Programa de Aprendizagem. A conselheira Maria Izabel irá analisar o pedido e será enviada a deliberação numero onze, que dispõe sobre o tema; **p) solicitação do Fórum Nacional DCA-SC** sobre posição do CONANDA sobre o trabalho educativo. A conselheira Maria Izabel irá analisar o pedido; **q) recebimento de Projeto do**

Município de Itabaçara –RJ, para desenvolvimento de atividades educacionais Cento e cinquenta adolescentes. O Projeto será enviado ao CEDCA-RJ; r) solicitação do CEDCA-MG, sobre posicionamento do CONANDA sobre os Projetos PETI e Sentinela do MPAS/SEAS. O conselheiro Joacir irá elaborar resposta ao interessado. **2) Comissão de Orçamento e Finanças/Medidas Socioeducativas** - O conselheiro Walter fez o relato dos trabalhos informando sobre a disponibilização de parte dos recursos contingenciados, tendo sido deliberado pela plenária que os mesmos serão destinados para construção de unidades de internação nos Estados de Rondônia e Espírito Santo, tendo em vista a precária situação do atendimento das medidas socioeducativas nesses Estados. Foi informado ainda sobre a aprovação dos projetos do Estado de Alagoas **a)** Seminário Adolescente e os Atos Infracionais. **b)** Capacitação de educadores e administradores de programas de atendimento ao adolescente infrator. Com relação ao Projeto: Pontencialização de Políticas Públicas, proposto pelo Centro de Organização e Defesa da Criança e do Adolescente, o mesmo não foi aprovado, pois está fora de foco das Ações sobre medidas Socioeducativas. O Projeto Centro Operacional Integrado, proposto pelo Senhor Eric Alcorados dos Santos (pessoa física) de Poços de Caldas – MG, o mesmo também não foi aprovado, sugerindo que o assunto seja tratado no âmbito do Conselho Municipal e do Conselho Estadual. Quanto reencaminhamento do Projeto Regionalizar para pessoacializar – Semiliberdade, Município de Caruaru- PE, o mesmo foi representado com as alterações proposta pelo CONANDA no exercício de dois mil e um, foi sugerido pela plenária que o mesmo seja encaminhado à arquiteta do DCA Ana Cláudia para nova análise do projeto arquitetônico, caso o mesmo seja aprovado, será liberado os recursos necessários. No que tange aos recursos recebidos da Petrobrás, parte dos mesmos serão aplicados em três projetos para implantação do Sistema de Garantia de Direitos, no tocante a Criação e qualificação dos Conselhos de Direitos Tutelares, tendo sido selecionados um Estado das regiões Norte/Tocantins, Nordeste/Piauí e Centro-Oeste/Mato Grosso, por considerar que nessas regiões e

Sistema de Garantia de Direitos de Criança e Adolescente encontram-se bastante fragilizados. Considerou –se ainda os baixos índices de desenvolvimento humano – IDH e o maior número de municípios com crianças e adolescentes em situação de risco; o baixo índice de criação e funcionamento de Conselhos de Direitos e Tutelares na relação direta com o número de municípios e os Estados que não tenham recebido recursos da Petrobrás para os Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente parte serão aplicados no Projeto de Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente nos meios de Comunicação Social, em parceria com a ANDI. Foi solicitado pela Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude do Distrito Federal informações sobre diretrizes recomendações e documentos referentes a proposta pedagógica e arquitetônica para Unidade de internação e semiliberdade e Liberdade Assistida à adolescentes infratores. A Coordenadora da Comissão elaborou texto sobre o assunto e será enviado através de resposta conjunta CONANDA e DCA juntamente com copia da Resolução número quarenta e seis do Conselho. Foi informado sobre o documento recebido da **Rede Rio Criança** solicitando mudanças imediatas no Degase-RJ. A conselheira Ivonne complementou a informação, alegando que a situação continua critica e se comprometeu enviar a todos relatórios. O assunto foi debatido, tendo sido proposto que os conselheiros do CONANDA que residem no Rio de Janeiro façam visitas periódicas ao estabelecimento para acompanhar a situação, bem como marcar audiência com o governador sobre o dossiê de materiais jornalísticos denunciando os maus tratos de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro. O conselheiro Normando falou dos encontros Regionais sobre Medidas Socioeducativas, propondo que o relatório da Região Centro-Oeste seja repassados aos conselheiros via correio eletrônico e que as sugestões sejam repassadas à sistematizadora Eliana Crisóstomo. Quanto a Resolução Fundo a Fundo o assunto continua pendente, tendo sido agendada reunião para o dia treze de setembro, para aprofundar o assunto; 30 Comissão de Articulação/ Comunicação – O conselheiro José Fernando fez o relato dos trabalhos informando; a) recebimento de relatório do

CMDCA de Uberaba –MG 2) recebimento de mensagem eletrônica Portal Ecapress; 3) recebimento de mensagem eletrônica solicitando autorização para vincular a página do CONANDA. Foi proposto pela Comissão que quando a página estiver pronta repassa-la ao Conselho para conhecimento e aprovação; 4) recebimento de crítica sobre a proposta de programação das TVs brasileiras – Foi preparada a resposta do CONANDA com a posição política e educativa do CONANDA, bem como a mobilização para criação e o funcionamento do Conselho Nacional de Comunicação Social, um dos dez compromissos assumidos na quarta Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; 5) Convite para o CONANDA participar da Abertura do V Encontro Estadual dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente na cidade de Contestados –SC. A Secretaria Executiva deverá informar que o conselheiro Joacir irá representar o CONANDA no evento; 6) recebimento de denúncias sobre o não funcionamento do CMDCA de Jabotão dos Guarapes –PE. O conselheiro Júlio fará correspondência ao Prefeito Municipal com cópia ao CMDCA, CEDCA e ao Ministério Público; 7) Recebimento de correspondência da Associação de Conselhos Tutelares do RJ, que em carta aberta coloca sua indignação sobre matéria publicada no Jornal “ O Globo” que trata da Influência do narcotráfico na eleição de conselheira Tutelares da cidade Rio de Janeiro. A conselheira Laura fará resposta do CONANDA ao Ministério Público, ao CMDCA, solicitando informações sobre a veracidade das notícias; 8) Recebimento de correspondências do CMDCA-MG solicitando informações sobre a utilização dos recursos do arrecadados no Programa Esperança. O conselheiro Vicente preparou ofício dirigido ao UNICEF, solicitando que o mesmo repasse as informações diretamente ao CMDCA; 9) recebimento de correspondência do Ministério Público de Feira de Santana – BA, solicitando parecer sobre acúmulo de função de conselheiro Tutelar; 10) recebimento de correspondência do Conselho Tutelar de São José dos campos, informando que Decreto Municipais definiu que a duração do mandato de conselheiro Tutelar é de dois anos e que cada um dos cinco conselheiros ficará responsável por

uma temática. O Fortalecimento será respondido com base no ECA e na Resolução número setenta e cinco do CONANDA; 11) recebimento de correspondência da ONG Novo Mundo, sobre questões que inviabilizam o atendimento. O Conselheiro Marcos Colares irá analisar e preparar resposta na próxima plenária; 12) recebimento de dossiê do Conselho Tutelar de Montes Claros – MG. O documento será enviado ao conselheiro da ABMP para parecer; 13) de recebimento do Plano Nacional de Formulação para os operadores do ECA. Os integrantes da Comissão irão analisar a Proposta do CONANDA e do UNICEF e na assembleia do mês de outubro o UNICEF será convidado para apresentar a proposta de capacitação. Com relação às pendências da Comissão foi proposto: a) Secretaria Executiva fazer consulta à ABMP sobre o parecer referente ao Comissário de Menores; b) o Conselheiro Marcos Colares irá analisar os problemas no funcionamento do Conselho Tutelar de Macaé – RJ; c) o conselheiro José Fernando irá elaborar parecer sobre a extinção do Núcleo do SIPIA – SP; d) a conselheira Laura irá solicitar projeto para realização do II Congresso Nacional de Conselhos Tutelares; e) Com relação à formulação de metodologia do trabalho do Conselho Tutelar, a Comissão definiu por estudar melhor o assunto, pois considera superposição com a proposta do SIPIA.

VII – Relato sobre a Elaboração do Relatório de País a ser enviado à ONU – Antes do relato dos trabalhos o conselheiro Júlio Boaventura informou que está deixando a representação no CONANDA e que o mesmo será substituído por Ana Maria Mulser Parada, Assessora da Divisão de Direitos Humanos. A assessora informou sobre a necessidade urgente de enviar o relatório do Brasil, que está pendente desde o ano de mil novecentos e noventa. Os próximos relatórios deverão ser enviados a cada cinco anos. A assessora Ana Maria fez uma retrospectiva sobre o relatório e considerou lamentável que o Brasil não tenha apresentado, porque todos sabem do trabalho que é desenvolvido. Ela disse que o projeto de relatório circular porém nunca saiu do papel. Ela disse que já houve duas reuniões com o Comitê de Redação, considerando importante a participação do DCA – MJ nas questões relativas ao trabalho infantil,

Exploração Sexual e atendimento ao adolescente em conflito com a lei. O CONANDA está participando do Comitê de Redação através do conselheiro Vicente Faleiros. Os conselheiros Maria Izabel e Joacir lamentam a que o relatório ainda não tenha sido entregue porque o CONANDA apresentou suas sugestões no ano de mil, novecentos e noventa e nove. A assessora disse que o documento é complexo pela sua extensão e período. O governo está trabalhando com a perspectiva de enviá-lo até o final do ano, devendo o texto estar pronto até o começo do mês de novembro do corrente. O objetivo é que o documento não seja apenas um diagnóstico, que seja transparente. Finalizando o Presidente agradeceu a representante do Ministério das Relações Exteriores e apresentou seus votos de boas-vindas, bem como agradeceu ao conselheiro Júlio pela sua significativa participação no Conselho. **VIII – Aprovação das Atas das Nonagésima segunda Terceira e Quarta Assembléia do CONANDA** – As Atas da Nonagésima Segunda e Nonagésima Terceira Assembléia Ordinária foram aprovadas com correções pertinentes e a Ata da Nonagésima Quarta Assembléia (extraordinária) foi aprovada sem correções. **IX – Eleição da Vice – Presidente do CONANDA** Prosseguindo os trabalhos o Presidente anunciou a eleição da Vice – Presidente do CONANDA. O conselheiro Ivanildo representando os conselheiros governamentais informou que o nome da Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente Denise Maria Fonseca Paiva – foi proposto pela figura que ela representa no Ministério da Justiça. A indicação foi aceita pelos conselheiros da Sociedade Civil, tendo o nome de Denise Paiva sido aprovado por aclamação pela plenária do Conselho. A Vice-Presidente informou sobre os acontecimentos ocorridos na CASE/Bahia, com a morte de ex-interno. O conselheiro Normando irá pedir maiores explicações ao CEDCA-BA e representará o CONANDA juntamente com o DCA, para acompanhar o 1) O conselheiro Normando informou que no dia nove de setembro de dois mil a Comissão Eleitoral irá selecionar os documentos das Entidades que irão concorrer a eleição para representantes da sociedade civil no Conselho – Gestão dois mil e três a dois mil e quatro. A Comissão é composta

pelos conselheiros Normando, Stela e Kênia; 2) O conselheiro José Fernando informou sobre o Convite para participar do Encontro de Avaliação do SIPIA. Foi informado que o evento ocorrerá no mesmo período do Encontro Regional Nordeste Sobre Medidas Socioeducativas. O conselheiro pediu o adiantamento do Encontro porém o mesmo não foi atendido; 3) O conselheiro Vicente falou do Seminário sobre Violência e Políticas Públicas, promovido pela Terceira Secretaria da Câmara dos Deputados. Será um debate abordando as várias formas de violência objetivando subsidiar a todos os candidatos nas eleições de dois mil e dois e também a pesquisadores e interessados na temática; 4) O Presidente informou sobre o período do desenvolvimento Alyrio Cavaleri para divulgação do Décimo Terceiro Congresso da Associação Internacional de Magistrados da Juventude e da Família, a realiza-se de vinte e seis a trinta e um de outubro de dois mil e dois na Austrália; 5) A conselheira Wânia informou que irá representar o CONANDA no VII Encontro assunto no Estado. A conselheira Maria Izabel questionou sobre os cortes de recursos da agenda do Fórum Nacional PETI. A Diretora explicou que houve ruído nas informações do Fórum e que a demanda não era real e que ela estava aguardando uma demanda real. A conselheira Maria Izabel alegou ser um problema político e que ela não dispunha de tais informações. Propôs reunião com a coordenação Colegiada do Fórum para os esclarecimentos necessários, tendo sido a proposição aprovada pela Diretora. **X – Aprovação de Resolução criando a Comissão de Chancela a Projetos Esportivo Sociais**, composta por representantes do Ministério da Justiça/SEDH, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério do Esporte e Turismo e o CONANDA. A Resolução foi aprovada tendo sido indicado os nomes do Presidente e do Conselheiro Max para integrarem a Comissão de Chancela. Foi aprovada ainda que a Coordenação da Comissão será de responsabilidade do Presidente do CONANDA. **XI – Assuntos Gerais Nacionais de Desenvolvimento Social da Associação Cristã de Moços de Brasília, através da Mesa “ Ações do Governo Frente as Políticas de Atendimento”** . O evento será realizado no dia vinte e três de agosto

do corrente; **6)** O conselheiro José Fernando representou o CONANDA no evento sobre Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, o convite do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a realizar-se na cidade de Recife -PE; **7)** O conselheiro Normando informou sua participação no Encontro Estadual sobre Medidas Socioeducativas – BA; **8)** A conselheira Rachel informou sobre a Reunião Nacional do Comitê de Exploração Sexual, realizada nos dias doze e três de agosto do corrente, na cidade de Brasília; a) A conselheira Maria Izabel informou sobre sua participação na abertura do Seminário Estadual sobre trabalho Infantil, onde contou com mais de seiscentos representantes de todas as regiões de São Paulo. Falou também da sua participação na Comissão Especial do Trabalho Escravo e Infantil e que na próxima reunião será discutido o programa de bolsa. Informou ainda que esteve em Guarulhos-SP para discutir as medidas socioeducativas e em Suzanápolis participando do 1º Encontro de conselheiros Tutelares, ocorrido no dia três de agosto do presente exercício. A conselheira informou ainda sobre a denúncia recebida no exercício passado sobre a proibição do aluno frequentar as aulas na Escola Perches Lordello – Limeira, por ter cabelos compridos e que o Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancário e Financeiros de Limeira está informando ao CONANDA que a Diretora Noemi Kuhl Malavasi foi condenada baseado no artigo duzentos e trinta e dois do ECA, alegando que a intervenção do CONANDA no processo foi muito importante, para que a prática que vai contar o Estatuto naquela cidade seja abominada, especialmente dentro das escolas; **10)** O Presidente informou que esteve representando o CONANDA no Acre e no Encontro Nacional do FONACRIAD e que no dia de amanhã estará na cidade de São Paulo para falar sobre Fundos; **11)** O conselheiro Júlio agradeceu a cordialidade de todos durante os três anos que participou do Conselho, considerando essa participação como um processo de aprendizagem; **12)** O Presidente indagou sobre a situação do Conselho de Direitos do Distrito Federal, tendo sido informado que a situação permanece instável. Ele solicitou que fosse pautado para a próxima

assembléia o convite ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude e a Promotora para informar sobre o andamento da situação do Conselho e a posse dos representantes da sociedade civil; **13)** O conselheiro Marcos propôs que as entidades parcerias no debate com presidenciáveis enviem seus textos aos mesmos ratificando o convite do CONANDA. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, labei a ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA
Presidente do CONANDA